

## Reunião do Conselho de Representantes

Data: 26/02/14 - quarta-feira Horário: 18h

Local: Sala da Congregação da Escola de Serviço Social - Praia Vermelha

PAUTA

1) Avaliação do Congresso do Andes-SN;  
2) Reunião de Unidades; 3) Campanha de  
filiação; e 4) Dia Nacional de Paralisação dos  
Docentes das IFE - 19/03/14.

www.adufrj.org.br

# Adufrj

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

## SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN - Ano XII n  835 - 24 de fevereiro de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

## Segurança do trabalho

Raquel Lima/Imagem UFRJ



Os laboratórios da universidade são os locais de maior ocorrência dos acidentes.

Página 10

ESPECIAL

## Infla o compromete reajuste dos salários

Suplemento encartado nesta edição traz informações sobre a segunda parcela do reajuste nos salários dos docentes determinado pelo Plano de Carreiras imposto pelo governo.



# Docentes das federais aprovam calendário de lutas para março

Um cronograma de atividades de mobilização sintonizado com a Campanha Unificada dos servidores públicos federais foi aprovado no 33  Congresso do Andes-SN. A proposta envolve rodada de assembleias para discutir o indicativo de paralisação para 19 de março. Páginas 3, 4 e 5

## Governo anuncia choque fiscal e corta R\$ 44 bilhões para pagar juros

Painel Adufrj, página 11

## Cientista social defende unificação das polícias

Autoridade em segurança pública, o professor Luiz Eduardo Soares é um dos formuladores de uma Proposta de Emenda Constitucional (a PEC 51) que desmilitariza e unifica as polícias. "A estrutura militar de hierarquia rígida se justifica pela guerra", argumenta. Mas não tem sentido quando se trata de uma polícia que vai lidar com cidad es, ele diz.

Página 7



Linha dura. "Robocops" da PM do Rio de Janeiro em a o nos protestos de junho de 2013

PAINEL ADUFRJ

## O furor golpista dos grandes jornais em 1964

O Globo   exemplo fiel de como a imprensa propagou o levante da direita que mergulhou o país em 20 anos de ditadura.

Página 11

## Golpe A direita conspira contra o chavismo

Página 2

## Comunicação UFRJ diz que telefonia vai melhorar

Página 9

**Internacional:** a vitória da greve dos estivadores portugueses relatada pelo jornalista Renato Teixeira, do sindicato da categoria em Lisboa. Página 6

## SEGUNDA PÁGINA

## Povo nas ruas defende a Revolução Bolivariana

Milhares de venezuelanos ocuparam as ruas de Caracas em manifestações nos últimos dias para defender o governo de Nicolás Maduro, ameaçado por onda de desestabilização. De acordo com os dirigentes da Revolução Bolivariana, por trás da conspiração estão os Estados Unidos. "Há uma intenção de desestabilizar não apenas a economia como a ação social e política", denunciou o Prêmio Nobel da Paz, José Pérez Esquivel. O governo expulsou três funcionários da embaixada americana no país depois que o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, pediu, em comunicado, a libertação de opositores detidos patrocinando distúrbios.

**Milhares vão às ruas** de Caracas em apoio ao governo de Maduro e à Revolução Bolivariana



Marcelo Garcia/Presidência/AFIP - 18/02/2014

### ADUFRJ-SSIND

## Professores notificados pela CGU devem procurar plantão jurídico

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind tem atendido diversos professores que foram notificados para prestar esclarecimentos sobre supostas irregularidades e/ou incompatibilidades apuradas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

As notificações têm origem no cruzamento de dados dos servidores, realizado pela CGU, e que considera, dentre outros, as informações prestadas pelos servidores à Receita Federal e/ou a outros órgãos oficiais.

A Adufrj-SSind recomenda aos

que estejam nesta situação para procurar o mais breve possível o atendimento no Plantão Jurídico da entidade, para devida orientação sobre o caso.

O atendimento é prestado pela Adufrj-SSind aos seus sindicalizados sem qualquer cus-

to. Os plantões de atendimento ocorrem todas as quartas-feiras, no horário de 13h às 16h. E, se houver necessidade, serão realizados plantões jurídicos extras para aconselhamento dos docentes nesta situação.

### AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do campus Macaé. A versão online pode ser lida no site [www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br). Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para [secretaria@adufrj.org.br](mailto:secretaria@adufrj.org.br).

### Adesão ao plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 18 de março e de 21 de março a 18 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

### Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

### Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail [convenio.unimed@adufrj.org.br](mailto:convenio.unimed@adufrj.org.br).

### Erramos

■ A nota intitulada "Colegiado", da página 7 do último Jornal da Adufrj, trazia alguns erros de informação.

Os estudantes que passam a ter assento na Congregação da FM, como decidido em reunião do último dia 12, são os de Fisioterapia e os de Terapia ocupacional. E não os de Fonoaudiologia, conforme divulgado erradamente.

Até então, apenas o CA de Medicina possuía assento na Congregação. Apesar de a faculdade ser composta por quatro cursos de graduação: Medicina, Fisio, Fono e Terapia Ocupacional.

Ou seja, o último parágrafo da nota deveria ser: "Estudantes de Fonoaudiologia continuam à espera de representação discente (ou do CA) na Congregação da FM".

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaidou Rola; André Orioli Panreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbinha Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Mary Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: [adufrj@adufrj.org.br](mailto:adufrj@adufrj.org.br) e [secretaria@adufrj.org.br](mailto:secretaria@adufrj.org.br) Redação: [comunica@adufrj.org.br](mailto:comunica@adufrj.org.br) Diretoria: [diretoria@adufrj.org.br](mailto:diretoria@adufrj.org.br) Conselho de Representantes: [conselho@adufrj.org.br](mailto:conselho@adufrj.org.br) Página eletrônica: <http://www.adufrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

# 33º CONGRESSO DO ANDES-SN



**Congresso de São Luís**, no Maranhão, aprovou cronograma de atividades de mobilização ajustado à Campanha Unificada dos servidores públicos federais

## Mobilização a todo vapor

Plano de Lutas do Setor das Federais contém calendário de atividades até o fim de março. Entre elas, rodada de assembleias em todo o país para analisar possibilidade de retomada da greve de 2012

**Ato público está marcado para o próximo dia 19**

**Silvana Sá**

Enviada especial a São Luís (MA)

Uma das últimas plenárias do 33º Congresso do AnDES-SN, realizado em São Luís (MA), entre 10 e 15 de fevereiro, debateu o Plano de Lutas dos Setores (federais, estaduais, municipais e particulares). No setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), o cronograma de atividades de mobilização foi ajustado à Campanha Unificada dos servidores públicos federais (SPF).

A pauta de reivindicações das Ifes, que será protocolada no Ministério da Educação e no Ministério do Planejamento, destaca a luta pela reestruturação da carreira docente, salário e condições de trabalho, além de um dia nacional de paralisação, marcado para 19 de março. Ainda no próximo mês, haverá reunião do setor, em Brasília, que discutirá uma possível retomada da greve dos docentes.

Vale destacar que, ao contrário do que alardeiam alguns veículos de comunicação, até o momento não foi deliberada a deflagração da greve docente. O tema será debatido em rodadas de assembleias em cada uma das seções sindicais que compõem a base do Sindicato Nacional. Somente essas assembleias locais podem decidir as formas de realização da luta.

### A importância do movimento docente

Diversos professores participaram pela primeira vez do Congresso do AnDES-SN. Assim como Eunice Bomfim Rocha, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. A docente faz parte do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e esteve no 33º Congresso na condição de observadora: "O saldo é muito

positivo, porque passamos a ter clareza sobre o funcionamento do Sindicato. A grande diferença que sinto é que, na base, muitas vezes, as informações chegam filtradas, com pouco debate. Já quando participamos dessas instâncias de deliberação, conseguimos entender o quanto é rico o processo de construção da pauta

política do AnDES-SN. Só tenho coisas boas a dizer. Sinto como se um mundo novo tivesse se aberto para mim. O cansaço é grande, mas a experiência é gratificante, estimulante! Quero muito trazer outras pessoas. Vale a pena participar e construir nosso Sindicato."

**Eunice Bomfim:**  
"Vale a pena participar"



### VEJA CALENDÁRIO

**Entre 24 e 28 de fevereiro** – protocolar a pauta dos docentes das Ifes no Ministério da Educação, com cópia para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), solicitando audiência com o ministro da Educação;

**Entre 10 e 14 de março** – enviar para as seções sindicais um InformANDES (publicação do Sindicato) especial para mobilização da categoria;

**De 10 a 18 de março** – ro-

dada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação de 19 de março e atualizar a pauta local;

**De 13 a 18 de março** – indicar às seções sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos Fóruns de Servidores Públicos Federais em seus estados;

**Dia 19 de março** – Dia Nacional de Paralisação dos

Docentes das Ifes com atividades de mobilização;

**Dia 19 de março** – Ato público em Brasília;

**Dia 21 de março** – Reunião ampliada da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, em São Paulo;

**Dia 22 de março** – Encontro do Espaço de Unidade de Ação, em São Paulo;

**Entre 24 e 28 de março** – Rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discussão da

possibilidade de retomada da greve, união de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação;

**Dia 27 de março** – Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF;

**Dias 29 e 30 de março** – Reunião do Setor das Ifes, em Brasília, pautando a possibilidade de retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

## 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

# Sindicato Nacional não pensa só no magistério superior

Colégios de Aplicação e propostas do governo para reformulação Ensino Médio também mereceram destaque

**Reposição do quadro docente destas unidades é uma das prioridades**

**Silvana Sá**

Enviada especial a São Luís (MA)

A crise dos Colégios de Aplicação ganhou eco em mais esta edição do Congresso do Andes-SN. Houve resoluções no sentido de lutar pela reposição e ampliação do quadro docente desses colégios, reconhecendo esses espaços como de ensino, pesquisa e extensão. O Sindicato Nacional se empenhará, ainda, pela revogação da Portaria Interministerial nº 253, de julho de 2011. O documento, ao limitar a contratação de substitutos (ao mesmo tempo que o governo não promove concursos para estas Unidades), fere a autonomia universitária e afeta as condições de trabalho docente dos CAP.

**A falácia do RSC**

Outra preocupação é o debate em torno do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), criado pela lei que estabeleceu o plano de carreiras e cargos do magistério

federal, no final de 2012. Supostamente, este procedimento seria a equivalência à titulação de especialização, mestrado e doutorado para professores do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) para fins de progressão na carreira. O que está por trás do RSC, porém, é a ideia de que os professores EBTT não precisam dar continuidade aos seus estudos. O RSC, portanto, dificulta e desestimula o professor a dar seguimento à sua formação acadêmica e cria obstáculos para que seja alcançado o topo da carreira.

**Encontro Nacional de Educação em agosto**

Outras resoluções foram aprovadas no sentido de ampliar o debate e as ações do Sindicato na defesa da educação em todos os níveis. Uma delas é contra a aprovação do PL 6.840/13. O Projeto piora a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e estabelece mecanismos de fragmentação da educação básica, especialmente no nível médio.

O Congresso deliberou que, em agosto, será realizado o Encontro Nacional de Educação. Haverá encontros regionais preparatórios ainda neste primeiro semestre.



**Sindicato vai defender a autonomia dos colégios de aplicação**

## Comissão da Verdade do Andes-SN sai fortalecida

Durante o 33º Congresso, algumas resoluções foram tomadas no sentido de fortalecer o trabalho da Comissão da Verdade do Andes-SN. Uma delas diz respeito ao levantamento que as seções sindicais deverão realizar, até junho de 2014, articuladas com outras comissões da verdade, sobre ações da ditadura. Já no segundo semestre, feito o levantamento, o Sindicato Nacional vai promover um seminário nacional sobre o tema, antecedido de encontros preparatórios.

Neste ano, completam-se 50 anos do golpe civil-militar. Por conta disso, ficou definido que as secretarias regionais e as seções sindicais do Andes-SN participarão ativamente de atos de repúdio ao golpe de 1964. Outras articulações em nível nacional deverão acontecer com



**Comissão faz uma apresentação de suas atividades durante o 33º Congresso**

o objetivo de pressionar o governo e o Congresso Nacional pela revisão da Lei de Anistia. O movimento docente reivindica que sejam responsabilizados os torturadores e quem mais tenha cometido crimes de lesa-humanidade no período militar.

**Histórico**

A criação da Comissão da Verdade foi definida durante o 32º Congresso do Andes-SN, em março de 2013, no Rio de Janeiro. A efetivação acabou ocorrendo no 58º Conad, em julho do ano passado em Santa

Maria (RS), com a nomeação de seus integrantes. A partir de então já foram realizadas diversas reuniões, entre o segundo semestre do ano passado e janeiro deste ano, com o apoio do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHD)

**Os membros da comissão da Verdade são:**

Márcio Antônio de Oliveira (Diretoria) – titular

Hélio Mariano (Adunicentro) – titular

Edson Teixeira (Aduff) – titular

Ana Maria Ramos Estevão (Diretoria) – suplente, substituindo Paulo Cambraia

Elídio Alexandre Borges Marques (Adufrj) – suplente

Antônio Lisboa (Adufcg) – suplente

\*Com informações da Sedufsm

do próprio Sindicato.

Uma das iniciativas da Comissão da Verdade do Andes-SN foi encaminhar às Seções Sindicais um questionário que precisa ser respondido para oferecer mais subsídios às atividades do grupo.

## 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

# Andes-SN mantém-se na defesa dos aposentados

Uma das plenárias do encontro nacional da categoria aprovou resoluções sobre temas como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, previdência complementar dos servidores e direitos dos aposentados

**Luta contra cobrança previdenciária também está na pauta**

**Silvana Sá**

Enviada especial a São Luís (MA)

Os professores reunidos no Congresso de São Luís (MA) definiram ações para 2014 relacionadas à Seguridade Social. O Sindicato Nacional e suas Seções Sindicais vão desenvolver ações de enfrentamento à política de desmonte e privatização da Saúde Pública. No caso federal, as iniciativas serão voltadas contra a pressão que o governo tem exercido para a adesão dos hospitais universitários à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Ainda sobre a Ebserh, ficou aprovado que o Sindicato Nacional divulgará materiais com projetos alternativos à empresa, construídos pelas Ifes. A UFRJ, em 2013, protagonizou uma importante luta contra a Ebserh. Na ocasião, os segmentos construíram um projeto de modelo de gestão para os HUs, com participação de professores, técnicos e estudantes. O documento foi amplamente debatido com a comunidade acadêmica e o Conselho Universitário.

Sobre as aposentadorias, a plenária entendeu que não apenas a Fundação de Previdência Complementar dos servidores (Funpresp), federal, precisa ser combatida. Nos estados e municípios, outros fundos privados estão sendo constituídos para retirar o direito dos servidores aos proventos integrais. Por isso, o Andes-SN e suas Seções Sindicais buscarão a articulação com o conjunto dos servidores das três esferas na luta contra esses fundos.

## Aposentadorias

Ao longo dos debates, ficou clara a preocupação com os atuais e futuros aposentados. Por isso, será retomada a defesa do direito à aposentadoria com remuneração no padrão de classe imediatamente



Comunidade da UFRJ se organiza para ato do dia 27 de junho de 2013. A defesa da Saúde Pública era uma das bandeiras centrais

## Congresso homologa novas seções sindicais

Neste 33º Congresso, o Sindicato Nacional mostrou mais uma vez sua força e representatividade. Os delegados e delegadas aprovaram a homologação de duas novas seções sindicais. São elas: Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté (Sindumitau) e Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Minas Gerais – unidade de Ibi-

nitê (Aduemg).

Algumas seções sindicais tiveram suas denominações alteradas. A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará – campus Marabá – (Sindufpa-MAR), passa a se chamar: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Seção Sindical do Andes-SN (Sindunifesspa). Houve ainda

a criação da Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá (Sindunespar) e a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal dos Jari (Sindifap). \*Com informações das Assessorias de Imprensa do Andes-SN e da Sedufsm.

superior à que o docente se encontrar posicionado. Este dispositivo, revogado pela lei 9.527/97, constava do Art. 192 do Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores.

Outras ações definidas se referem ao levantamento, pelas seções sindicais, de solicitações de aposentadorias especiais baseadas no Mandado de Injunção (MI) 880 – o documento reconheceu o direito constitucional à aposentadoria especial aos servidores públicos que trabalham em ambientes insalubres a partir do mesmo critério utilizado para os trabalhadores regidos pela

**Será retomada a defesa do direito à aposentadoria com remuneração no padrão de classe imediatamente superior à que o docente se encontrar posicionado**

CLT – e que estejam enfrentando dificuldade de efetivação. E montar estratégias de atuação no Congresso Nacional, estados e municípios para pressionar os deputados federais pela aprovação da PEC 555/2006. Esta Proposta de Emenda Constitucional prevê a eliminação da cobrança de contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas.

Outra orientação às seções sindicais é que alertem os novos professores que tenham sido servidores públicos para se manterem no regime previdenciário anterior à lei que criou a Funpresp.

## Moções

Ao longo dos sete dias de intensos debates, foram apresentadas 38 moções dentro do prazo regulamentado no 33º Congresso e mais quatro durante a Plenária de Encerramento. A delegação da Adufrj-SSind apresentou cinco. Os documentos foram aprovados na Plenária Final da instância deliberativa. Dizem respeito a temas como violação dos direitos dos presos de Pedrinhas (presídio estadual do Maranhão), em repúdio ao uso da morte do trabalhador Santiago Andrade para aumentar a repressão estatal e criminalizar os movimentos sociais e em repúdio à criminalização dos movimentos estudantis autônomos e combativos.

Esta última moção registra a solidariedade ao Movimento de Estudantes de Educação Física, que tem sido criminalizado em diversas universidades brasileiras. O texto destaca a atuação policial-casca da direção da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ (EEFD), que impede manifestações estudantis na Unidade e cassa a representatividade discente na Congregação.

## INTERNACIONAL

# “Tanto Mar”

Anunciada no último número do **Jornal da Adufrj**, a greve dos estivadores portugueses conseguiu importante resultado no último dia 14: todos os 47 funcionários demitidos ano passado serão contratados novamente. “A maior vitória

contra a troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) e um exemplo incomum de quem luta pelo outro!”, saúda a professora **Sara Granemann**, da Escola de Serviço Social da UFRJ, naquele país para seu

pós-doutoramento. A troika, como se sabe, desde o início da grande crise mundial, prega duros ajustes econômicos em toda a Europa, com grave repercussão para os trabalhadores da região.

Foi Sara quem entrou em contato com o jornalista **Re-**

**nato Teixeira**, do sindicato local dos estivadores, com o objetivo de preparar um texto especialmente para esta edição. O material, que precisou ser reduzido, encontra-se na íntegra no site [www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br). A grafia obedece ao português de Portugal.

**C**hico Buarque interpretou, por altura do 25 de Abril e da Revolução que derrubou o mais longo fascismo da Europa, “Tanto Mar”, uma das suas músicas mais conhecidas em Portugal e que nem é preciso citar para que todos a trauteiem. Agora que se celebram 40 anos dessa carta que o Chico nos enviou do Brasil pedindo que enviássemos um cheirinho a Alecrim, é em Lisboa que se suspira pelos gigantescos protestos que tomaram conta das ruas de São Paulo ou do Rio de Janeiro. As léguas que nos separam, sobretudo em matéria de resistência, são grandes, e talvez por isso, e porque sabem bem o que é viver longos períodos de apatia social, haverá todo o interesse em que conheçam uma história em contraciolo e que, ao fim de demasiados anos a acumular derrotas, significa que um sector do movimento operário finalmente venceu uma luta. A vitória dos estivadores é, desta maneira, o que de melhor tem brotado em Portugal.

Os trabalhadores portuários de Lisboa conseguiram uma vitória histórica, de um significado impar desde que a tróica (BCE, EU, FMI) chegou ao país para aplicar um programa que mais não quer do que privatizar os sectores produtivos do país, transformando tudo o resto numa imensa colónia balnear para suprir o défice de fotossíntese da burguesia do norte da Europa. Os talibãs do neoliberalismo, apostados em destruir as conquistas sociais que ainda sobreviviam ao capitalismo neoliberal do virar de século, têm uma agenda ideológica apostada em arrasar com tudo o que é vestígio do Estado Social e enviar para o museu de antiguidades o que sobrar de direitos para os que, sem renda nem crédito, se limitam a viver do salário.

Como seria de esperar esta ofensiva chegou aos Portos, que desempenham um papel estratégico em qualquer economia do mundo, em especial aqueles que, como Portugal,



**Estivadores cruzaram os braços todos os dias por uma hora nos portos portugueses. Movimento recuperou o emprego de 47 trabalhadores**

## Sindicalismo de base e internacionalismo

(...)

Como diz o comunicado que os estivadores escreveram explicando a sua luta: “só não vence quem não luta mas também ninguém vence sozinho.” Este desabafo condensa alguns dos elementos que deram músculo suficiente aos estivadores para travar, por agora, os planos dos patrões.

Em boa medida, ao criar um movimento nacional de solidariedade, com outros sindicatos

mas também com os partidos solidários e alguns movimentos sociais, os Estivadores começaram por desmontar as falácias criadas sobre eles desde o início do protesto e a derreter, em simultâneo, a argumentação do governo e dos patrões para substituir trabalhadores especializados e com direitos por outros, no saldo do desemprego, sem direitos nem salário condigno. Em paralelo, internacionalmente, reforçaram os laços com a poderosa Interna-

cional Dockworkers Council (IDC), federação sindical do sector que deu, na hora certa, profundidade à luta concreta dos estivadores de Lisboa, chegando mesmo a parar vários portos da Europa, durante duas horas, num dia de solidariedade internacionalista.

A natureza do sindicato que dirigiu esta greve também foi um factor decisivo. Independente de amarras, com alto nível de combatividade, foi capaz de se aliar

com quem, fora das suas fronteiras, estava disposto a fazer unidade contra o governo e a austeridade. Esta postura, rara no contexto sindical português, criou pontes estratégicas com todos aqueles que, sem hesitações, se colocaram ao seu lado. Os estivadores, que organizados começaram a aparecer em todas as manifestações que se faziam em Lisboa, mais não colheram do que os frutos da sua abertura e solidariedade.

estão duplamente reféns quer das exportações quer das importações. Porta de entrada de um dos negócios mais lucrativos da Europa, os operadores portuários desesperam, há anos, para que este sector passe a ser visto como um gigantesco supermercado de trabalhadores avulsos e desqualificados, cujo valor do seu trabalho é também desvalorizado pelo exército de

desempregados que ainda não partiu para o exílio.

Contrariando as suas intenções, os estivadores do porto de Lisboa mantiveram-se irredutíveis na rejeição do modelo proposto, e cerraram fileiras para derrotar cada avanço da precariedade. Laboriosamente foram capazes de provar que a estratégia dos patrões e do governo é errada, que o seu traba-

lho é altamente especializado e que leva décadas a “produzir” um operário precavido e produtivo, que essa experiência acumulada garante mais segurança numa profissão de alto risco mas também mais eficiência, que a flexibilidade apregoada pela grande aliança austeritária mais não é do que um eufemismo para despedimentos colectivos e precariedade, numa fase

avançada do capitalismo.

A vitória dos estivadores, que não se mede em eufemismos, garantiu a reintegração dos 47 estivadores despedidos em 2013, a integração de mais vinte trabalhadores com a devida formação, a negociação do contrato colectivo de trabalho e a suspensão dos processos jurídicos e disciplinares sobre o sindicato e os trabalhadores em luta.

# BATEPRONTO/Segurança Pública

LUIZ EDUARDO SOARES/Cientista Político

## Mudar a polícia

Elisa Monteiro e Redação  
elisamonteiro@adufrj.org.br

Na conjuntura inquieta que alcança o país, as opiniões do antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares têm sido acompanhadas com atenção. Soares é especialista em segurança pública e, nas vezes que foi convocado para exercer funções de Estado (foi secretário de Segurança no governo de Anthony Garotinho e ocupou a Secretaria Nacional de Segurança Pública no governo Lula), teve a trajetória neutralizada por forças conservadoras.

Também professor da Uerj, ele é um dos formuladores de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 51) patrocinado no Senado por Lindbergh Farias, que desmilitariza a polícia. Na semana passada, minutos antes de proferir conferência na UFRJ, ele falou ao **Jornal da Adufrj**. Veja alguns trechos dessa conversa.



Marco Ferraz de S. - 17/09/2013

### Soares.

A polícia que vai lidar com cidadãos deve ter como missão evitar a violação de direitos

### Por que desmilitarizar a polícia?

A estrutura militar de hierarquia rígida se justifica pela guerra, quando os soldados vão à morte. Ela foi criada para mobilizar contingentes humanos e de recursos numerosos. Mas a polícia que vai lidar com cidadãos, conforme indica a Constituição Federal, deve ter como missão evitar a violação de direitos.

### O que propõe a PEC 51 que o senhor ajudou a formular?

O fim do ciclo fraturado do trabalho policial que hoje se traduz na existência de uma polícia ostensiva (PM) e uma polícia judicial-investigativa (Civil), com a unificação das polícias. Também é importante reconhecer as diversidades regionais do Brasil. As soluções para o Amazonas devem ser diferentes das para São Paulo. Uma camisa de força homogênea não responde às necessidades de cada região. Além disso, deve ser revista a participação da União e Municípios na política de segurança. O último ponto decisivo está nas instituições de segurança pública assumindo como missão a garantia dos direitos, como indica a Constituição Federal.



A desmilitarização é condição ao acesso a cidadania, aos direitos elementares, ao direito à sindicalização dos policiais militares



### O que fazer com os policiais que já estão na corporação?

Como qualquer mudança institucional, a desmilitarização não pode ser feita com o fígado, até para não promover grandes injustiças. Eu recebo

denúncias diárias de trabalhadores da segurança pública sobre as humilhações, o desrespeito, a opressão, torturas e todas as formas de arbitrios a que são submetidos. Homens e mulheres policiais são submetidos não só a processos devastadores, que chamamos grosseiramente de lavagens cerebrais, mas a leis internas inconstitucionais. Por que o superior pode prender subalternos sem qualquer justificativa ou formalização? Isso acontece em praticamente todos os estados do país. E depois, recebem um salário indigno completamente incompatível com o desafio enfrentado no dia a dia, arriscando as vidas. A desmilitarização é condição de acesso à cidadania, aos direitos elementares, ao direito à sindicalização dos policiais militares. Para que possam respeitar os cidadãos, precisam também conhecer a cidadania. Devemos ser solidários a eles nas suas lutas.

### Qual a sua opinião sobre os Black Blocs?

Avalio que trazem aspectos negativos, mas uma leitura simplista seria injusta. Eu sempre fui pacifista, mas reconheço que anos a fio emiti o mantra: 'há um genocídio nas favelas contra as comunidades negras

e pobres. E não é possível que continuemos a dormir, repousando diante desse quadro de horror. É preciso tocar as buzinas, bater as panelas, acordar a população, promover a insônia coletiva, pois é impossível naturalizar este quadro'. De repente, alguns jovens começam a quebrar vitrines. Concordar, eu não concordo. Não acho que seja uma boa linguagem. Mas como criticar essa ação unilateralmente, quando sei que a raiz desse ódio e indignação é legítima? Por mais que avalie ser uma simbologia pobre e equivocada, reconheço que eles estão batendo tambor. Eles estão provocando a insônia, pronto. Isso cumpre um papel importante.

Mas estava evidente que haveria um momento em que teríamos um cadáver aos pés e que as consequências seriam terríveis, pois todo jogo conservador está no isolamento de um grupo e na criminalização das manifestações. Foi o que aconteceu, e agora estamos diante desse desafio terrível. Intencional ou não, os resultados concretos, a morte de uma pessoa, foram inadmissíveis. A prática do Estado já é a brutalidade, então qualquer linguagem que reproduza esses gestos, para mim, acaba mimetizando a sua pior feição.

## CARNAVAL

# Marchinha de professor da UFRJ ganha prêmio especial

“Marcha da Maconha” foi uma das dez finalistas do concurso da Fundação Progresso, encerrado no dia 16

**Motivação veio dos atos pela legalização da substância**

**Guilherme Karakida**

Estagiário e Redação

Talvez poucos saibam, mas uma das dez músicas finalistas (entre 853 inscritas) do 9º Concurso Nacional de Marchinhas da Fundação Progresso, recém-encerrado, foi composta por um professor da UFRJ. Músico há 38 anos, Henrique Cazes ingressou na universidade em outubro do ano passado para lecionar na primeira habilitação em cavaquinho do mundo.

A fase decisiva do certame foi transmitida ao vivo pelo programa Fantástico, da Rede Globo, no último dia 16. E a composição do docente, intitulada “Marcha da Maconha” (a letra pode ser conferida em quadro nesta página), embora não tenha ficado entre as três primeiras, ganhou um inédito prêmio especial, pela ousadia e pela irreverência.

Cazes concedeu entrevista ao **Jornal da Adufrj** antes do baile na Fundação que anunciou o resultado. Ele acredita que os acontecimentos ao redor do mundo pesaram na decisão do júri de levar a canção até a finalíssima: “Não pude imaginar que ocorriam tantas coisas no cenário internacional, como a legalização no Uruguai e nos EUA (Colorado e Washington), o que deixou mais em pauta a questão”, afirmou.

Ele escreveu a música em 2011, época das primeiras manifestações a favor da legalização da maconha no Brasil. “Falei com alguns amigos para alguém compor a marchinha, porque tinha um duplo sentido muito bom e era carnavalesco, mas como ninguém se interessou, eu mesmo resolvi escrevê-la”. No entanto, naquele ano, as inscrições do concurso já haviam sido encerradas. Em 2012, Henrique perdeu o prazo de participação. Em 2013, estava no Canadá a trabalho.

Curiosamente, como passa uma imagem séria, o professor criou o heterônimo sambista e politicamente incorreto para apresentar a “Marcha da Maconha”, o Jota Canalha. “Esse personagem foi criado a partir de uma necessidade. Quando comecei a fazer sambas de rua, em torno de 2002, eu mostrava os sambas para as pessoas e elas não acreditavam que eram de minha autoria”, explica.

## A Marcha da Maconha

*Desberlota aí que eu enrolo para você  
depois só falta um canto sossegado para acender (2x refrão)*

*O Carnaval com Gererê é animado  
fazendo finos, maricas e baseados*

*Plantando em casa não se gasta mais dinheiro  
Mas tem um ano que eu não caibo no chuveiro*

*Com três tapinhas nós fazemos um carnaval  
não tem lei seca que segure o pessoal!*

*Desberlota aí que eu enrolo para você  
depois só falta um canto sossegado para acender (2x refrão)*



Elisa Moreira - 05/11/2013

**Henrique Cazes**

## Como foi a final do Concurso

As dez músicas finalistas foram apresentadas pelos compositores com a Banda da Fundação. Os jurados avaliaram a capacidade da música de se comunicar num evento carnavalesco, além da sua composição e empatia. As três escolhidas foram divulgadas pelo Fantástico e, a partir daí, a votação popular selecionou as melhores marchinhas do ano. O primeiro lugar coube aos compositores Cássio e Rita Tucunduva, que além de casal, foram parceiros na marchinha “Cadê a viga?”. Em segundo, ficou “Colorindo a praça”, de Edu Krieger, seguida por “É hoje!”, de Pedro Holanda.

### Confira a marcha campeã:

*Senhor prefeito*

*Não é intriga*

*Aonde foi*

*Que enfiaram aquela viga?*

*Senhor prefeito*

*Então me diga:*

*Aonde foi*

*Que enfiaram aquela viga?*

*Aquela viga*

*É grossa pra chuchu!*

*Vai ver até*

*Que esconderam no Caju*

*Aquela viga*

*Ninguém sabe, ninguém viu*

*Mandaram a viga*

*Lá pra ponte que partiu!*

### A favor da legalização

Não usuário, o músico se posiciona a favor da legalização da substância. “Isso já deveria ter acontecido há muito tempo no Brasil. Estamos atrasados em relação à boa parte do mundo nesta questão, o que provoca consequências sociais nefastas”, disse. Segundo Cazes, a maconha não é nenhum bicho de sete cabeças, e a sociedade precisa se conscientizar mais sobre o assunto. “No ambiente de música popular, é uma coisa completamente disseminada e olhada com naturalidade há várias gerações. Antes mesmo da bossa nova, a maconha já estava lá”, observou.

## Senado avalia projeto de regulamentação da maconha

Em resposta a uma proposta de iniciativa popular apresentada por meio de sua página eletrônica, o Senado Federal vai discutir a possibilidade de protocolar um projeto de lei que regulamente o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha no Brasil. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) será o relator da matéria na

Comissão de Direitos Humanos daquela casa.

A proposta de descriminalizar o uso da maconha foi protocolada virtualmente no dia 30 de janeiro. Em oito dias, a iniciativa obteve o apoio de mais de 20 mil pessoas, número que assegura o envio da sugestão para a análise da Comissão.



# Mais ramais e menos contas

Após mudança de operadora, universidade deverá contar com melhores (e mais baratos) serviços de telefonia

Internet também será mais rápida

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

A telefonia fixa da UFRJ vai mudar para melhor a partir de março. Essa é a expectativa da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), chefiada pelo professor Gabriel Silva. O serviço, antes fornecido pela Oi por quatro anos de contrato, passará a ser prestado pela Embratel, após licitação concluída em outubro último.

Um dos principais atrativos para a mudança de operadora foi a redução nas contas. O custo da ligação DDD para qualquer lugar do Brasil cai de R\$ 0,47 (pago em média pela UFRJ) para R\$ 0,06 por minuto. Inicialmente, a administração central anunciou uma economia de 40% sobre as atuais contas de R\$ 6,2 milhões anuais de telefonia (informação divulgada no **Jornal da Adufrj** nº 832). Mas, segundo o superintendente da TIC, o valor foi superestimado: "Teremos uma redução aproximada de R\$ 6 milhões para R\$ 4 milhões (cerca de 30%), o que já é bastante significativo". Os R\$ 2 milhões de diferença serão direcionados à substituição de equipamentos.

O plano da administração, de acordo com Gabriel Silva, é a desativação das atuais centrais telefônicas e o aluguel de novas: "Há várias empresas que prestam esse serviço", explicou. O sistema, afirma, "é amplamente usado por órgãos da administração". Como exemplo, Gabriel cita a Polícia Federal. A vantagem estaria na "garantia de uma manutenção rápida" e "sem desembolso". Além disso, há a "atualização tecnológica".

O servidor argumenta que, com exceção do HUCFF, a central telefônica mais recente da UFRJ data de 12 anos atrás e está defasada. Em sua visão, a terceirização eliminaria o ônus de um patrimônio ultrapassado e sem valor. Pelos cálculos do engenheiro elétrico e professor do Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Matemática, o custo de construção de uma nova central própria (cerca de R\$ 8 milhões) equivale a aproximadamente cin-



Foto: Elisa Monteiro

**Wi-fi.** Campus do Fundão terá cobertura total até 2015. Atualmente, a rede depende de cada Unidade. Daniel Souza (de costas) acessa a internet pela biblioteca do CT

co anos de aluguel (em torno de R\$ 150 mil).

A modernização também deve aumentar a capacidade de o sistema suportar, por exemplo, a recorrente falta de energia no *campus* do Fundão: "As baterias novas consomem menos. A tendência é que tenham resistência mais prolongada a quedas de luz do que as atualmente em uso".

## Melhora dos serviços

Para o superintendente, o principal ganho ocorre na melhoria da qualidade do serviço: "Recebíamos muitas reclamações e as respostas da empresa (Oi) para manutenções e reparos tinham um ritmo lento, aquém das necessidades da universidade". Gabriel relata que o processo licitatório estipulou cláusulas contratuais para maior cobertura e segurança da UFRJ. O novo contrato prevê penalidades para a operadora em caso de interrupção ou indisponibilidade na prestação dos serviços.

## Aumento de três mil ramais

Com a migração para a Embratel, o número de ramais da universidade saltará dos atuais sete mil para 10 mil. De acordo com Gabriel, hoje, a situação das unidades do *campus* do Fundão é crítica. Na Praia Vermelha, segundo o superintendente, não há problemas com falta de ramais: o problema está na passagem dos cabos, por ser um prédio histórico (o Palácio Universitário).

Além disso, unidades isoladas como a Faculdade Nacional de Direito (FND), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Observatório do Valongo, Colégio de Aplicação e Hospital Escola São Francisco de Assis (Hesfa), entre outras, passarão a contar com ramais da UFRJ, eliminando o custo das ligações diretas (entre Unidades da universidade). O mesmo valerá para o *campus* de Macaé e o polo de Xerém. Segundo nota da administração central, a disponibilidade dos novos três mil ramais será gradativa. A integração do sistema de toda universidade "era um projeto antigo", afirma.

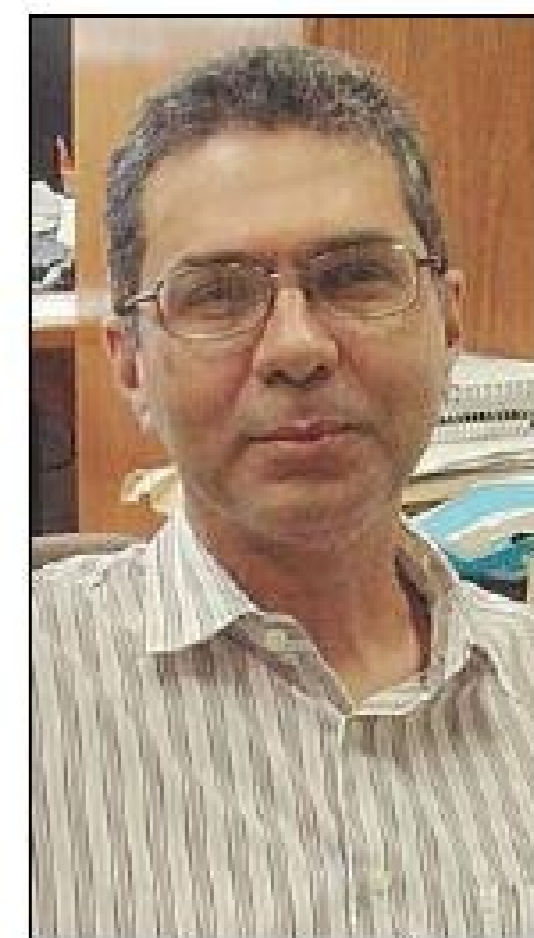
## Mudança de prefixos

Dentre as mudanças práticas, os telefones das unidades da UFRJ no Rio de Janeiro com prefixos 3873, 2598 e 2562 passarão a contar com o prefixo 3938, enquanto os de parte das unidades em Macaé ficarão com o prefixo 2141. Segundo a reitoria, a alteração "ocorrerá em etapas". A primeira migração será a dos telefones iniciados com 3873, seguida pelos 2598 e 2562. A previsão para mudança é "meados de março", ainda sem data certa.

## Internet mais rápida

A troca de operadora influirá também no acesso à rede mundial de computadores. As unidades fora da Cidade Universitária terão a velocidade de interconexão de dados aumentada em cinco vezes, de 2 Mbps para 10 Mbps. Além disso, o superintendente da TIC informa que, no Fundão, será ampliado o sinal *wi-fi*: "Atualmente temos 40 pontos de câmeras de seguranças em locais estratégicos de circulação. A ideia é que os pontos de *wi-fi* acompanhem essas instalações de câmeras que devem chegar a 120 até 2015". A cobertura abarcaria toda parte pública do *campus*, incluindo os estacionamentos – hoje, ela se restringe ao intervalo entre as entradas principais do CCMN e o bloco A do CT. Xerém e Macaé também serão beneficiados, passando a contar com uma velocidade de 4 Mbps para navegação em todos os *campi*. Em Macaé, apenas um dos três espaços da UFRJ dispunha de rede.

“Recebíamos muitas reclamações e as respostas da empresa (Oi) para manutenções e reparos tinham um ritmo lento, aquém das necessidades da universidade”



**Gabriel Silva** (TIC)

“Teremos uma redução aproximada de R\$ 6 milhões para R\$ 4 milhões (cerca de 30%), o que já é bastante significativo”

# Prevenir para não remediar

Chefe de segurança do trabalho da universidade, Raquel Maria Galdino, cobra mais comprometimento dos gestores das unidades para que sejam evitados os acidentes e as chamadas doenças profissionais

## Ela alerta para subnotificação dos casos

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

A UFRJ ainda está longe de ser um exemplo em segurança no trabalho. Ausência de equipamentos (ou materiais inadequados) de proteção coletiva e falta de treinamento são alguns dos elementos citados pela chefe da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador na universidade, Raquel Maria Galdino de Souza: "As vezes, você chega no local e até encontra luvas, mas são inadequadas. Há liberação de calor no calor e a luva é para procedimentos (simples). Daí acontecem as queimaduras".

Raquel, no entanto, tem observado algumas melhorias nos últimos anos. Ela, na UFRJ desde 2004, conta que a mudança de postura da instituição em relação à segurança tornou-se mais pró-ativa a partir da obrigatoriedade de alguns procedimentos demandados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O exame médico periódico de saúde para o servidor público federal, por exemplo, foi estabelecido no Regime Jurídico Único de 1990. Mas só foi regulamentado por decreto e uma portaria normativa da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG em 2009.

Desde 2005, ao menos, a universidade mantém atualizados os registros de acidentes de trabalho. A média reflete o número registrado em 2013: 50

casos. Mas são índices subestimados, sublinha Raquel: "Há uma subnotificação dos casos. Muitas vezes, o trabalhador que encontra condições de retornar ao trabalho, depois de três dias de descanso, prefere não registrar o acidente". Os números, em geral, correspondem aos casos em que há necessidade de afastamento e licenças médicas. "O não registro, mesmo em casos que não parecem tão graves, é um perigo. Pode haver um processo inflamatório,



**Raquel** Maria Galdino

por exemplo, e o trabalhador fica sem ter como comprovar o acidente depois".

## Mudança de procedimento

Os laboratórios são "onde grande parte de os acidentes acontecem", alerta a técnica de segurança do trabalho. Isso, "independentemente do Centro", destaca. Ela ressalta que o problema não diz respeito apenas aos funcionários: "Quando você melhora para o trabalhador, você melhora consequen-

temente para o estudante".

Para Raquel, emergencialmente, a mudança mais importante na universidade seria "mais comprometimento dos gestores de Unidades": "Se você é chefe e vai fazer projeto, você precisa estimar na verba o custeio para equipamentos de segurança. Isso é comprometimento da gestão". Ela afirma que não há como centralizar pela administração central a iniciativa.

Raquel Lima/Imagem UFRJ



**Laboratórios** da universidade são os locais que mais preocupam em relação à segurança dos trabalhadores e dos estudantes

## MOBILIZAÇÃO

# Para organizar os atos durante a Copa

## Espaço Unidade e Ação prepara manifestação em São Paulo

A CSP-Conlutas e suas entidades filiadas, em conjunto com outras entidades como a CUT Pode Mais, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)

e do setor majoritário da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), convocam para o próximo mês o Encontro Nacional do Espaço de Unidade de Ação. No último dia 18, representantes de vários setores que compõe o Espaço se reuniram em Brasília (DF) para tratar da organização do evento, que acontecerá em 22 de março, em São Paulo (SP).

Sob o lema "Reforçar a unidade para fortalecer a luta

Basta de privilégios para a Fifa, grandes empresas e bancos. Queremos saúde, educação, transporte público, moradia e respeito aos direitos do povo", todas as organizações e movimentos sindicais, populares, culturais, da juventude de luta contra as opressões, que compartilham do mesmo pensamento, serão convidadas a participar do encontro.

O objetivo do encontro é avançar na construção da unidade para fortalecer as lutas

que estão em curso e as que virão, bem como para buscar a unificação dos calendários e bandeiras e realizar grandes manifestações durante o período da Copa do Mundo.

Segundo Sebastião Carlos (Cacau), coordenador da CSP-Conlutas, a ideia é reunir o maior número de representantes dos mais diversos setores de luta para uma grande jornada de mobilizações. "A expectativa é termos cerca de 2 mil pessoas entre militantes

dos vários movimentos sindical, social e popular", comenta. O encontro será realizado na Quadra da Escola de Samba Mancha Verde, na região da Barra Funda, zona oeste da capital paulista.

Em 2013, no dia 24 de abril, os movimentos que compõe o Espaço Unidade de Ação realizaram uma grande marcha à Esplanada dos Ministérios. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

# PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

## O passado condena

Nos meses que antecederam ao golpe militar, há 50 anos, o clima de Guerra Fria exalava na atmosfera política do país. A conspiração articulada pelos setores mais ativos das classes dominantes (burguesia industrial e financeira, o grande latifúndio) alinhados com os EUA avançava com desembaraço. Os chefes militares (de tradição golpista) estavam excitados nos quartéis. O objetivo era tornar exitosa a contrarrevolução. Frear mudanças que poderiam abrir espaços para o protagonismo popular. A construção do viés ideológico que forjaria a base social para o golpe junto

**Há 50 anos** 21 de fevereiro de 1964

### Mulheres contra os comunistas

Numa assembléia com 2.500 pessoas, as mulheres de Governador Valadares, através da Ação Democrática Feminina, lançaram manifesto contra a infiltração comunista no país. A reunião foi presidida pela sra. Sônia Flexa, que sugeriu um acórdio entre a ADF e o Movimento de



**Há 50 anos** 24 de janeiro de 1964

### Tropas no 'front' da reforma agrária?

Embora nenhum dos porta-vozes do presidente João Goulart se sentisse autorizado a adiantar o motivo real da reunião que o chefe da Nação terá hoje, no Palácio das Laranjeiras, com seus ministros militares, observadores concluem que, na ocasião, poderá ser anunciada a participação oficial que as Forças Armadas terão na execução da reforma agrária.



### Mineiros tentam impedir evento no DF

Será aberto amanhã, em Brasília, o Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (Cutal) — que seria originalmente em Belo Horizonte, mas foi transferido por conta da reação que o evento organizado por comunistas provocou entre mineiros — com autorização do DFSP. Enquanto isso, os trabalhadores católicos de BH recolhem o apoio popular à petição que levarão ao presidente João Goulart, solicitando-lhe que poupe ao país a dor e a indignação que suscitará a realização, em suas terras, de congresso destinado a implantar a ideologia comunista em toda a América Latina.

à classe média já estava em curso há alguns anos: a pregação anticomunista unificava os anseios conservadores.

Os grandes jornais jogaram um papel estratégico neste processo. A seção "Há 50 anos" publicada diariamente

no Segundo Caderno de O Globo é exemplo típico do ânimo golpista do diário dos Marinheiro.

## Gasolina no fogo



**Guido Mantega,** ministro da Fazenda

Os servidores públicos se preparam para uma vigorosa campanha salarial cuja agenda tem início para março agora.

Mas o governo tem outras prioridades.

Acosado pelo mercado financeiro, o governo decreta arrocho fiscal com o corte anunciado de R\$ 44 bilhões para economizar dinheiro e pagar os juros dos

títulos da dívida.

Dilma não quer contrariar os bancos nem grandes investidores.

Como Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, já informou: a astronômica soma de 1 trilhão de reais do orçamento de 2014 será destinada aos grandes fundos, bancos e rentistas que parasitam os recursos do país.

## 485 outra vez

É a obscena a qualidade dos serviços dessa empresa de ônibus City Rio.

O prefeitinho Eduardo Paes acabou com as vans, mas não assegurou frota suficiente para transportar quem precisa chegar ao Fundão, vindo da Tijuca, Zona Sul e região central da Cidade.

Há casos de professores que não conseguem chegar a tempo do horário previsto para as aulas.

Estudantes, nem se fala.

## Articulação

Entidades dos movimentos sindicais (entre as quais a CSP-Conlutas) e sociais das mais diversas frentes preparam a construção de uma grande agenda de mobilização para 2014.

Será o Encontro Nacional do Espaço Unidade de Ação.

## Greve nas obras da Petrobras

Assembleia dos trabalhadores que constroem o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), da Petrobras, decidiu continuar a greve iniciada em 11 de fevereiro.

Os operários querem reajuste salarial de 11,5% e melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações.

Este complexo petroquímico é estratégico para empresa e foi pensado no ambiente de expansão da estatal em função do pré-sal.

Desde o início do movimento, dois operários foram baleados por milicianos a mando das empresas terceirizadas envolvidas na obra.

## Gastos com a Copa

Pesquisa encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) ao Instituto MDA revela que, para 75,8% dos entrevistados, os investimentos feitos no país para a competição foram desnecessários.

## VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



# A página da Adufrj na internet está de cara nova

Com mais conteúdo, navegação mais fácil e maior interatividade



- Vídeos
- Fotogalerias
- Integração com as redes sociais

[www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br)

# Caderno de **SALÁRIOS**

fevereiro 2014

## **Novo reajuste já sai perdendo da inflação**

Segunda parcela do “aumento” imposto pelo governo na lei nº 12.772 começa a vigorar em março e será paga no início de abril

Nas páginas seguintes, poderão ser consultadas oito das 24 tabelas possíveis para a combinação entre carreira (de Magistério Superior ou de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), regime de trabalho (20h, 40h ou Dedicação Exclusiva) e titulação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado). Foram trabalhadas as variáveis mais comuns (regime de DE, com mestrado ou doutorado). Não constam das tabelas ganhos judiciais ou decorrentes de direitos adquiridos dos professores mais antigos (tais como anuênios).

**N**o início de abril, os professores vão receber em seus contracheques a segunda parcela do reajuste estabelecido pela lei nº 12.772/2012, que definiu o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. A primeira parcela vigorou desde março do ano passado e a terceira e última será implantada em março de 2015.

**Atuais normas, impostas pelo governo, aprofundam a desestruturação da carreira**

Para quem não se lembra (ou para quem ingressou há pouco nas universidades federais), a legislação foi indiferente a uma histórica greve de mais de cem dias. O governo não atendeu às reivindicações do movimento docente organizado pelo Andes-SN. E

preferiu assinar um pseudoacordo com seu braço sindical, o Proifef. Com a omissão do MEC, que deixou toda “negociação” correr sob a ótica gerencialista do Ministério do Planejamento, aprofundou-se a desestruturação da carreira.

A diferença mais marcante já é conhecida: os novos docentes entram no início da carreira e aí permanecem, independentemente da titulação, por todo o período do estágio probatório (de três anos). Em setembro de 2013, confrontado com a repercussão negativa de existirem doutores ganhando como Auxiliares, o governo não modificou o dispositivo: apenas trocou a nomenclatura da carreira por meio da lei nº 12.863. Foram criadas as classes A, B, C, D e E. Dentro da classe “A” (inicial),

inventou as denominações Professor Adjunto A, se portador do título de doutor, Professor Assistente A, se portador do título de mestre, ou Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista. Para as classes superiores, foram mantidas as antigas denominações.

A valorização salarial relacionada com a titulação acontece fora do vencimento. Como se fosse uma gratificação que chega a representar quase dois terços da remuneração total, em alguns casos. E, mesmo depois de todas as pressões do movimento docente, continua a discriminação em relação aos aposentados. Não só por que o percentual de doutores é menor entre os mais antigos, mas também pelo fato de que a principal valorização de toda

uma vida profissional se deu por meio dos anuênios, agora calculados sobre uma base bem menor, a parcela mais reprimida da remuneração.

### **Corrosão inflacionária**

Em agosto do ano passado, o Andes-SN divulgou uma análise do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos) no qual apontava a corrosão inflacionária dos salários no período entre julho de 2010 (último aumento da gestão Lula) e julho de 2013 (já com a primeira parcela da nova lei). Ao longo desses três anos, praticamente todos os níveis no regime de Dedicação Exclusiva perdiam da inflação: hipoteticamente, somente os Associados 1, 2 e 3, com mestrado (o que não existe na carreira), apresentavam algum

(pequeno) ganho real.

Nesse mesmo estudo do Dieese, era feita uma projeção inflacionária para dezembro de 2014 (tomado como referência por ser o último mês do governo Dilma Rousseff que impôs a lei das carreiras). E que, portanto, já alcança a segunda parcela do reajuste, em breve nos contracheques. Para aquele cálculo, até o último mês deste ano, considerava-se uma média mensal da inflação registrada entre julho de 2010 e julho de 2013. Nessa situação, entre os que possuem mestrado ou doutorado, apenas os Titulares doutores em regime de DE saíam ganhando da inflação (com 1,95%). Mas até mesmo esse pequeno grupo de docentes não estará livre das perdas se a inflação se expandir, como projetam alguns economistas.

**PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL**

## Carreira de Magistério Superior - Dedicção Exclusiva - doutorado

Classe	denominação	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
E	Titular	1	13790,14	15956,07	17057,74	2165,93	15,70	1101,67	6,90	3267,60	23,70
D	Associado	4	13454,23	15059,09	15464,45	1604,86	11,92	405,36	2,69	2010,22	14,94
		3	13056,19	14537,51	14855,58	1481,32	11,34	318,07	2,18	1799,39	13,78
		2	12839,75	14010,77	14317,50	1171,02	9,12	306,73	2,18	1477,75	11,51
		1	12613,03	13604,50	13914,61	991,47	7,86	310,11	2,27	1301,58	10,32
C	Adjunto	4	9299,71	10373,57	10952,19	1073,86	11,54	578,62	5,57	1652,48	17,77
		3	9066,55	10060,53	10570,66	993,98	10,96	510,13	5,07	1504,11	16,59
		2	8839,53	9760,33	10208,36	920,80	10,41	448,03	4,59	1368,83	15,49
		1	8618,53	9536,86	10007,23	918,33	10,65	470,37	4,93	1388,70	16,11
B	Assistente	2	8336,41	8828,62	9320,82	492,21	5,90	492,20	5,57	984,41	11,81
		1	8236,24	8740,03	9243,80	503,79	6,11	503,77	5,76	1007,56	12,23
A	Adjunto-A, se doutor	2	8143,18	8480,74	8818,30	337,56	4,14	337,56	3,98	675,12	8,29
		1	8049,77	8344,64	8639,50	294,87	3,66	294,86	3,53	589,73	7,33

## Carreira de Magistério Superior - Dedicção Exclusiva - mestrado

Classe	denominação	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
E	Titular	1	9335,74	9656,57	10312,48	320,83	3,43	655,91	6,79	976,74	10,46
D	Associado	4	8989,99	9299,81	9743,09	309,82	3,44	443,28	4,76	753,10	8,38
		3	8887,96	9192,40	9496,85	304,44	3,42	304,45	3,31	608,89	6,85
		2	8788,81	9087,16	9385,51	298,35	3,39	298,35	3,28	596,70	6,79
		1	8776,49	9075,17	9373,85	298,68	3,40	298,68	3,29	597,36	6,81
C	Adjunto	4	6805,97	7205,96	7605,94	399,99	5,87	399,98	5,55	799,97	11,75
		3	6609,00	7033,17	7457,34	424,17	6,41	424,17	6,03	848,34	12,84
		2	6441,42	6888,78	7336,14	447,36	6,94	447,36	6,49	894,72	13,89
		1	6277,29	6746,87	7216,44	469,58	7,48	469,57	6,95	939,15	14,96
B	Assistente	2	5858,37	6212,35	6539,55	353,98	6,04	327,20	5,26	681,18	11,63
		1	5707,64	6131,30	6479,80	423,66	7,42	348,50	5,68	772,16	13,53
A	Assistente, se mestre	2	5593,61	5881,92	6070,23	288,31	5,15	188,31	3,20	476,62	8,52
		1	5466,55	5736,27	5945,98	269,72	4,93	209,71	3,65	479,43	8,77

VB + RT = Vencimento básico mais Retribuição por Titulação

Dif. = diferença em reais entre os anos mencionados

% = percentual de aumento entre os anos citados previamente

fevereiro 2014

**Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico -  
Dedicação Exclusiva - doutorado ou RSC-III + mestrado**

Classe	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
Titular	1	13790,14	15956,07	17057,74	2165,93	15,71	1101,67	6,90	3267,60	23,70
D IV	4	13454,23	15059,09	15464,45	1604,86	11,93	405,36	2,69	2010,22	14,94
	3	13056,19	14537,51	14855,58	1481,32	11,35	318,07	2,18	1799,39	13,78
	2	12839,75	14010,77	14317,50	1171,02	9,12	306,73	2,18	1477,75	11,51
	1	12613,03	13604,50	13914,61	991,47	7,86	310,11	2,27	1301,58	10,32
D III	4	9299,71	10373,57	10952,19	1073,86	11,55	578,62	5,57	1652,48	17,77
	3	9066,55	10060,53	10570,66	993,98	10,96	510,13	5,07	1504,11	16,59
	2	8839,53	9760,33	10208,36	920,80	10,42	448,03	4,59	1368,83	15,49
	1	8618,53	9536,86	10007,23	918,33	10,66	470,37	4,93	1388,70	16,11
D II	2	8336,41	8828,62	9320,82	492,21	5,90	492,20	5,57	984,41	11,81
	1	8236,24	8740,03	9243,80	503,79	6,12	503,77	5,76	1007,56	12,23
D I	2	8143,18	8480,74	8818,30	337,56	4,15	337,56	3,98	675,12	8,29
	1	8049,77	8344,64	8639,50	294,87	3,66	294,86	3,53	589,73	7,33

**Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico -  
Dedicação Exclusiva - mestrado ou RSC-II + especialização**

Classe	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
Titular	1	6042,34	6363,17	6684,00	320,83	5,30	320,83	5,04	641,66	10,62
D IV	4	8989,99	9299,81	9743,09	309,82	3,44	443,28	4,76	753,10	8,38
	3	8887,96	9192,40	9496,85	304,44	3,42	304,45	3,31	608,89	6,85
	2	8788,81	9087,16	9385,51	298,35	3,39	298,35	3,28	596,70	6,79
	1	8776,49	9075,17	9373,85	298,68	3,40	298,68	3,29	597,36	6,81
D III	4	6805,97	7205,96	7605,94	399,99	5,87	399,98	5,55	799,97	11,75
	3	6609,00	7033,17	7457,34	424,17	6,41	424,17	6,03	848,34	12,84
	2	6441,42	6888,78	7336,14	447,36	6,94	447,36	6,49	894,72	13,89
	1	6277,29	6746,87	7216,44	469,58	7,48	469,57	6,95	939,15	14,96
D II	2	5858,37	6212,35	6539,55	353,98	6,04	327,20	5,26	681,18	11,63
	1	5707,64	6131,30	6479,80	423,66	7,42	348,50	5,68	772,16	13,53
D I	2	5593,61	5881,92	6070,23	288,31	5,15	188,31	3,20	476,62	8,52
	1	5466,55	5736,27	5945,98	269,72	4,93	209,71	3,65	479,43	8,77

**Carreira de Magistério Superior - 20h - doutorado**

Classe	denominação	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
E	Titular	1	4117,31	4334,73	5041,94	217,42	5,28	707,21	16,31	924,63	22,46
D	Associado	4	3867,40	4059,64	4456,71	192,24	4,97	397,07	9,78	589,31	15,24
		3	3709,96	3889,74	4353,34	179,78	4,84	463,60	11,91	643,38	17,34
		2	3608,85	3776,27	4252,42	167,42	4,63	476,15	12,60	643,57	17,83
		1	3572,53	3733,94	4153,90	161,41	4,51	419,96	11,24	581,37	16,27
		4	3224,54	3388,02	3586,37	163,48	5,06	198,35	5,85	361,83	11,22
C	Adjunto	3	3159,66	3329,24	3490,05	169,58	5,36	160,81	4,83	330,39	10,46
		2	3099,35	3264,70	3449,82	165,35	5,33	185,12	5,67	350,47	11,31
		1	2957,04	3110,96	3344,88	153,92	5,20	233,92	7,51	387,84	13,12
		2	2826,67	2971,22	3187,51	144,55	5,11	216,29	7,27	360,84	12,77
B	Assistente	1	2786,93	2893,33	3147,55	106,40	3,81	254,22	8,78	360,62	12,94
		2	2741,25	2802,35	3029,85	61,10	2,22	227,50	8,11	288,60	10,53
A	Adjunto-A, se doutor	1	2700,51	2752,60	2983,59	52,09	1,92	230,99	8,39	283,08	10,48

## Carreira de Magistério Superior - 20h - mestrado

Classe	denominação	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
E	Titular	1	3506,20	3723,62	4196,59	217,42	6,20	472,97	12,70	690,39	19,69
D	Associado	4	3328,42	3520,66	3806,44	192,24	5,77	285,78	8,11	478,02	14,36
		3	3253,92	3433,70	3722,01	179,78	5,52	288,31	8,39	468,09	14,39
		2	3207,92	3375,34	3639,47	167,42	5,21	264,13	7,82	431,55	13,45
		1	3194,09	3335,50	3558,81	141,41	4,42	223,31	6,69	364,72	11,42
C	Adjunto	4	2771,02	2924,50	3128,61	153,48	5,53	204,11	6,97	357,59	12,90
		3	2716,68	2856,26	3062,24	139,58	5,13	205,98	7,21	345,56	12,72
		2	2664,49	2809,84	2998,83	145,35	5,45	188,99	6,72	334,34	12,55
		1	2537,23	2691,15	2888,43	153,92	6,06	197,28	7,33	351,20	13,84
B	Assistente	2	2461,40	2580,95	2712,90	119,55	4,85	131,95	5,11	251,50	10,22
		1	2421,13	2527,53	2689,07	106,40	4,39	161,54	6,39	267,94	11,07
A	Assistente, se mestre	2	2381,93	2443,03	2569,67	61,10	2,56	126,64	5,18	187,74	7,88
		1	2342,65	2394,74	2498,78	52,09	2,22	104,04	4,34	156,13	6,66

## Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20h - doutorado ou RSC-III + mestrado

Classe	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
Titular	1	4117,31	4334,73	5041,94	217,42	5,28	707,21	16,31	924,63	22,46
D IV	4	3867,40	4059,64	4456,71	192,24	4,97	397,07	9,78	589,31	15,24
	3	3709,96	3889,74	4353,34	179,78	4,84	463,60	11,91	643,38	17,34
	2	3608,85	3776,27	4252,42	167,42	4,63	476,15	12,60	643,57	17,83
	1	3572,53	3733,94	4153,90	161,41	4,51	419,96	11,24	581,37	16,27
D III	4	3224,54	3388,02	3586,37	163,48	5,06	198,35	5,85	361,83	11,22
	3	3159,66	3329,24	3490,05	169,58	5,36	160,81	4,83	330,39	10,46
	2	3099,35	3264,70	3449,82	165,35	5,33	185,12	5,67	350,47	11,31
	1	2957,04	3110,96	3344,88	153,92	5,20	233,92	7,51	387,84	13,12
D II	2	2826,67	2971,22	3187,51	144,55	5,11	216,29	7,27	360,84	12,77
	1	2786,93	2893,33	3147,55	106,40	3,81	254,22	8,78	360,62	12,94
D I	2	2741,25	2802,35	3029,85	61,10	2,22	227,50	8,11	288,60	10,53
	1	2700,51	2752,60	2983,59	52,09	1,92	230,99	8,39	283,08	10,48

## Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20h - mestrado ou RSC-II + especialização

Classe	nível	VB+RT 2013	VB+RT 2014	VB+RT 2015	dif. 13/14	%	dif 14/15	%	dif. 13/15	%
Titular	1	2584,28	2801,70	3019,13	217,42	8,41	217,43	7,76	434,85	16,83
D IV	4	3328,42	3520,66	3806,44	192,24	5,77	285,78	8,11	478,02	14,36
	3	3253,92	3433,70	3722,01	179,78	5,52	288,31	8,39	468,09	14,39
	2	3207,92	3375,34	3639,47	167,42	5,21	264,13	7,82	431,55	13,45
	1	3194,09	3335,50	3558,81	141,41	4,42	223,31	6,69	364,72	11,42
D III	4	2771,02	2924,50	3128,61	153,48	5,53	204,11	6,97	357,59	12,90
	3	2716,68	2856,26	3062,24	139,58	5,13	205,98	7,21	345,56	12,72
	2	2664,49	2809,84	2998,83	145,35	5,45	188,99	6,72	334,34	12,55
	1	2537,23	2691,15	2888,43	153,92	6,06	197,28	7,33	351,20	13,84
D II	2	2461,40	2580,95	2712,90	119,55	4,85	131,95	5,11	251,50	10,22
	1	2421,13	2527,53	2689,07	106,40	4,39	161,54	6,39	267,94	11,07
D I	2	2381,93	2443,03	2569,67	61,10	2,56	126,64	5,18	187,74	7,88
	1	2342,65	2394,74	2498,78	52,09	2,22	104,04	4,34	156,13	6,66